

Congresso é o paraíso do nepotismo

Estabilidade, salários e férias generosos e ponto tolerante para os parentes de parlamentares

DAVID RENAULT
e GRAÇA RAMOS

BRASÍLIA — A cidade de Brasília, que nasceu cercada por um lago artificial, o Paranoá, com suas margens destinadas a clubes abertos à sociedade, viu surgir um clube especialíssimo, que aliás nem sequer fica à beira do lago. Ninguém paga para frequentá-lo — ao contrário, até recebe, e bem. Também ninguém é obrigado a cumprir rigorosamente as 44 horas semanais de trabalho previstas na Constituição. O contracheque de seus membros faz inveja à maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros, as férias são mais generosas do que os 30 dias tradicionais e, não raro, há garantia de se ver o salário depositado no final do mês sem ser preciso pôr os pés nas dependências do clube, nem mesmo em Brasília.

O clube mais fechado do Distrito Federal, instalado em pleno Congresso Nacional, é absolutamente familiar e inacessível aos mortais comuns. Para entrar lá é preciso, antes de mais nada, ser parente de deputado, senador, ex-parlamentar ou figura influente na sociedade, que se encarregam de perpetuar a cadeia familiar.

Desde o ano passado, a jornalista Maria Aparecida de Oliveira, como free-lancer e pensando na tese de um futuro mestrado em Ciência Política, tem se dedicado a pesquisar as relações de parentesco entre funcionários do Congresso. Em fevereiro, o *Jornal do Brasil* publicou a primeira parte da pesquisa da jornalista, com a relação de 193 deputados que têm parentes nomeados na Câmara. A segunda parte, agora concluída, mostra que, na verdade existem 254 deputados e 37 senadores que empregam 457 parentes diretos. De posse dos resultados da pesquisa, a Agência Estado analisou os dados, conferiu informações por amostragem e entrevistou funcionários e parlamentares, para realizar a reportagem que se segue.

"FAMÍLIAS"

Maria Aparecida de Oliveira dirigiu suas pesquisas, até agora, por dois caminhos: os deputados e senadores que empregam parentes diretos, como filhos, pais, irmãos, cunhados e primos, na Câmara e no Senado; e as chamadas "grandes famílias", que se formaram ao longo de décadas no Congresso e têm no sobrenome Maia — dos senadores José Agripino Maia e Lauroisier Maia — o principal representante, com 44 empregados.

Argumenta-se no Congresso que 457 parentes para 75 senadores e 495 deputados é até pouco. E menos ainda quando se sabe que a Câmara conta com cerca de nove mil empregados e o Senado com 6.457. Só que a rela-

ção pesquisada não chega a familiares mais afastados, nem aos parentes de ex-parlamentares (à exceção das "grandes famílias") que acabaram ficando no Congresso. "Se se considerar que concunhado, ou tio da mulher, por exemplo, são tipos de parentes, pelo menos 60% do Congresso constituem uma grande família", ensina um experiente funcionário do Senado em vias de se aposentar, depois de 30 anos de serviço, ele mesmo registrando 12 parentes em sua conta.

Há funcionários, inclusive parentes de deputados e senadores, que entraram por concurso público, mas não existe estatística oficial distinguindo-os daqueles que entraram pela janela, de resto a maioria. A Câmara, que tinha 1.200 empregados em 1964, ou seja, 3,5 para cada deputado, tem hoje 18 funcionários para cada um dos 495 parlamentares da Casa. Para 63 senadores em 64, existiam 945 servidores, uma relação de 15 por um. Hoje, a relação é de 86 por um.

"TRENS DA ALEGRIA"

É fácil entender o inchaço dos quadros funcionais do Congresso. Basta lembrar os sucessivos "trens da alegria", as contratações em massa promovidas nos últimos anos, especialmente ao final de mandato das Mesas da Câmara e Senado e as comissões diretoras formadas por parlamentares para administrar as duas Casas legislativas, eleitas a cada dois anos. Durante o mandato, cada deputado e senador tem direito a contratar "funcionários de confiança" para o gabinete. São cargos temporários, que, em tese, deixam de existir com o fim do mandato do parlamentar. Mas, na prática, boa parte continua como funcionário da Casa, encostada em algum órgão, secretaria, comissão ou mesmo no gabinete de outro parlamentar, até que um dia é efetivado no quadro funcional, sem que os novos deputados e senadores deixem de preencher, outra vez, seus cargos de confiança.

É muito atraente ser funcionário do Congresso. Os vários tipos de gratificações e adicionais tornam o salário gratificante. Em valores congelados desde o mês de janeiro, pode ser de NCz\$ 969 para uma secretária parlamentar, de NCz\$ 2.500 para um técnico legislativo, ou NCz\$ 4.700 para um assessor técnico DAS-3. As promoções são automáticas com o tempo de serviço, por merecimento ou antiguidade. O boletim de pessoal do Senado da segunda quinzena de abril apresenta uma relação de 675 servidores que concorrem a promoção.

Depois de efetivado no cargo, o servidor do Congresso Nacional não corre o menor risco de ser demitido. Os meses de recesso parlamentar — julho e de 15 de dezembro a 14 de fevereiro, segundo a atual Constituição — são de uma tranquilidade absoluta e é comum que servidores, especialmente os mais graduados ou de cargos de confiança,

passem todo esse tempo fora de Brasília.

Ser funcionário do Congresso, receber o salário todo o mês e nem morar em Brasília também não é exceção. A filha do presidente José Sarney, Roseana Sarney Murad, há algum tempo mora no Rio de Janeiro, depois de ter sido requisitada ao Senado para trabalhar na Presidência da República. O industrial alagoano Luís Renato de Paiva Lima é funcionário do gabinete do senador Divaldo Suruagy, mas passa a maior parte do tempo em Maceió. E o técnico legislativo número 001, Luís Freire, filho do ex-político maranhense Vitorino Freire, já conseguiu ser deputado e senador, voltou aos quadros do Senado, mas nunca é visto por seus colegas de trabalho.

FANTASMAS

Funcionário fantasma é o que não falta no Congresso, para desespero dos servidores que trabalham de fato, prestando importantes serviços nas comissões técnicas e nas votações ou mesmo nos gabinetes. A tentativa de moralizar o serviço, obrigando à assinatura do livro-de-ponto quatro vezes ao dia, uma forma de acabar com os fantasmas, não deu em nada, assim como em nada resultou a idéia de forçar deputados e senadores a permanecerem na Capital para participar das sessões da Câmara e Senado, sob o risco de ter o salário descontado. As sessões continuam vazias e os contra-cheques, cheios.

Cada senador tem à disposição do seu gabinete dez funcionários do quadro permanente do Senado, pode contratar quatro assessores de confiança e ainda requisitar mais dois funcionários públicos, de Brasília ou não. O diretor-geral do Senado, Passos Porto, acha que o número de funcionários da Casa e a quantidade destinada a cada senador são "corretos e necessários para atender às necessidades da vida parlamentar", embora a Universidade Federal de Minas Gerais, outra instituição pública, tenha um funcionário para cada dois alunos. Porto, ex-senador por Sergipe, não reeleito, ganha cerca de NCz\$ 6 mil para fazer o seu trabalho.

Na Câmara, o deputado tem em seu gabinete um empregado do quadro funcional e pode contratar de quatro a dez empregados de confiança, com a verba específica, que em janeiro era de NCz\$ 4 mil por mês.

A Câmara vai gastar este ano NCz\$ 226,399 milhões com pessoal, e o Senado, NCz\$ 225,451 milhões — cerca de 70% do gasto global, segundo a última reestimativa do orçamento da União feita pela Secretaria de Planejamento. A Universidade Federal de Minas Gerais deve gastar NCz\$ 132 milhões com os seus 7.700 funcionários, incluindo professores. E toda a verba do governo para o programa de controle da malária é de NCz\$ 40 milhões. O Ministério da Agricultura, com 11.900 funcionários, gasta com pessoal este ano NCz\$ 97 milhões.